



DE GRUPO ESCOLAR JOSÉ DE PAIVA À ESCOLA MODELO 14 DE MAIO: TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS IMPULSIONADAS PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM CACHOEIRA DOURADA - GO.

Élida Cristina Silva FERREIRA¹;
Andréia Menezes SILVA²;
Douglas Sousa PEGO³;
Vanessa Marta SANTOS⁴;

1. INTRODUÇÃO

Os Grupos Escolares foram instituições chave na história da educação brasileira, pois representaram, no início do século XX, a transição do ensino primário para um modelo moderno e sistematizado. Tais estabelecimentos não apenas serviram como polos de alfabetização, mas também como importantes símbolos de progresso social e urbanístico em suas comunidades. Neste contexto, a presente pesquisa analisa a trajetória histórica de uma instituição de ensino de Cachoeira Dourada (GO), que teve sua origem como Grupo Escolar José de Paiva, fundado em 1970. A criação dessa escola se inseriu diretamente no projeto de modernização educacional do Sul Goiano, sendo motivada pela expansão da demanda populacional e pelo empenho de líderes políticos locais.

Apesar da relevância histórica e do impacto social do Grupo Escolar José de Paiva ao longo de seus 55 anos de existência, a literatura acadêmica carece de estudos aprofundados de investigação de sua relação com o desenvolvimento político e econômico local. Diante disso, esta pesquisa objetiva reconstituir o processo de implantação e as primeiras décadas de funcionamento do Grupo Escolar José de Paiva. Analisando as transformações institucionais e sociais ocorridas entre 1970 e 1983, que operam como representações sensíveis (Chartier, 1991).

A hipótese que orienta esta pesquisa é a de que a escola funcionou, sucessivamente, como uma "agência civilizadora" para a chegada massiva de famílias atraídas pela construção

¹ Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), elidacristinas@gmail.com

² Coordenadora Pedagógica, Escola Municipal Modelo 14 de Maio, menezesandrea200@gmail.com

³ Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), dougnaziki@gmail.com.

⁴ Coordenadora da Educação Física, SME/Cachoeira Dourada (GO), secretariaeducacao@cachoeiradourada.go.br





da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada (UHE) e a busca por empregos, moradia e educação (Ferreira, 2017). Em termos metodológicos, este trabalho se apoia em uma abordagem que entende os "fatos históricos" não como dados pré-existentes, mas como construções meticulosas do historiador, forjadas por meio da crítica documental (Prost, 2008). A reconstituição dessa trajetória foi possível mediante a coleta e análise de um conjunto de fontes primárias, como livros de frequência, álbuns fotográficos e leis municipais, submetidas a uma crítica rigorosa.

A análise se desenvolve em um duplo movimento. Primeiramente, busca identificar rupturas e continuidades na rotina e na estrutura da escola, interpretando-as sob a perspectiva da História Cultural e da historiografia dos Grupos Escolares (Souza, 1998; Vidal, 2006). Em seguida, o estudo utiliza esses achados para demonstrar a profunda e indissociável ligação da trajetória educacional de Cachoeira Dourada com sua dinâmica política, econômica e demográfica, marcada pela implantação da usina hidrelétrica.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise concentra-se na trajetória do Grupo Escolar José de Paiva, cuja história culmina na atual Escola Municipal Modelo 14 de Maio. A escolha dessa escola justifica-se pela singularidade do contexto socioeconômico da cidade e a sua história, que não foi moldada por ciclos econômicos tradicionais, mas sim pela infraestrutura de uma obra de grande porte que foi a construção da UHE. A trajetória da instituição escolar é um processo histórico não linear, onde a escola foi mobilizada em momentos distintos: primeiro, para o ordenamento social frente ao rápido desenvolvimento econômico; e, posteriormente, para executar diretrizes nacionais e simbolizar a identidade municipal.

A pergunta que nos norteia é “De que maneira a intersecção entre o desenvolvimento econômico e as políticas públicas, moldou a trajetória histórica da escola em Cachoeira Dourada, desde sua origem?” Este trabalho pretende demonstrar isso, por meio da utilização de uma metodologia de abordagem histórica e qualitativa (Gil, 2002), centrada na coleta e análise de fontes primárias, como os documentos e arquivos da própria escola, registros municipais, monografia e dissertação. A trajetória institucional da escola foi analisada e aprofundada com base em referenciais teóricos que tratam das especificidades dos Grupos Escolares no Brasil., baseados em autores como Vidal (2006), Souza e Faria Filho (2000; 2006), buscando contextualizar a unidade diante das principais reformas educacionais brasileiras.





3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Cachoeira Dourada, localizado no sul do estado de Goiás, apresenta uma trajetória histórica e econômica singular, com sua história moldada pela infraestrutura energética. Conforme detalha Ferreira (2017), sua formação, iniciada como povoado por volta da década de 1940, ainda como distrito de Itumbiara (GO), foi marcada pela construção e instalação da UHE. É neste contexto de desenvolvimento acelerado e de intensa mobilidade populacional que se insere a criação e a função social do Grupo Escolar José de Paiva.

Este projeto foi estratégico, idealizado pelos governadores Juscelino Kubitschek (Minas Gerais) e Pedro Ludovico (Goiás) e impulsionado pela Companhia de Eletricidade de Goiás (CELG). A construção da UHE revelou-se essencial para o fornecimento de energia elétrica a Goiânia (GO) e a alguns municípios do Triângulo Mineiro, sendo, posteriormente, fundamental para a edificação de Brasília (DF). Como resultado da obra, houve o represamento do Rio Paranaíba, o que levou à submersão da cachoeira que deu nome à localidade e à consequente formação de um extenso lago.

Conforme Salatiel (2011), antes de 1950, a região de Cachoeira Dourada contava com poucas centenas de habitantes. Contudo, no auge da construção da usina (pós-1950), a população saltou para um contingente estimado entre 3.000 e 5.000 pessoas, devido à migração de trabalhadores para o Centro-Oeste. Esse aumento populacional, seguindo o padrão de desenvolvimento de infraestrutura da época, resultou na urgente necessidade de criação de escolas para atender à nova demanda social.

A população que migrou para a região, composta em sua maioria por trabalhadores e suas famílias, vinha impulsionada pela procura por condições de vida mais favoráveis. A fundação de mais uma escola, portanto, não visava apenas o letramento, mas se tornava o principal instrumento capaz de integrar e disciplinar essa mão de obra ao projeto desenvolvimentista regional, garantindo que fossem mais do que a mera força de trabalho para a UHE.

O Grupo Escolar representou em todo o Brasil um modelo educacional mais moderno e centralizado. A fundamentação teórica desta pesquisa é ancorada Diana Vidal, Rosa Fátima de Souza e Luciano Faria Filho. Suas obras são essenciais para detalhar como e por que esse tipo de escola surgiu e se difundiu, consolidando-se como o principal formato para a formalização do ensino primário na virada do século XIX para o XX. O Grupo Escolar é um modelo de escola primária que foi um grande símbolo da modernidade educacional no Brasil, a partir da República. (Vidal, 2006; Souza; Faria Filho, 2000).





Os **Grupos Escolares** surgiram no final do século XIX, iniciando por São Paulo (1893) e Rio de Janeiro, consolidando-se como o modelo ideal de escola primária pública. Foram criados para superar a precariedade das antigas escolas isoladas (nas quais um único professor lecionava para diferentes idades na mesma sala). Vistos como modernos, eram organizados por séries e essenciais para civilizar e formar cidadãos conforme os ideais republicanos. Diana Gonçalves Vidal (2006) destaca o profundo impacto dessa instituição na memória coletiva, a ponto de se transformar na própria representação de escola primária. Essa noção de modernidade é aprofundada por autores como Rosa Fátima de Souza, em estudos sobre a escola primária graduada em São Paulo.

Nesse sentido, e alinhados a esta perspectiva, Souza e Faria Filho (2006) definem os Grupos Escolares como uma modalidade mais complexa de escola primária, essenciais para a institucionalização do ensino público no século XX. O Grupo Escolar emergiu como um projeto pedagógico e social com objetivos claros: ao centralizar a instrução primária sob um formato seriado e uniforme, essa nova instituição veiculava o ideário de ordem e progresso republicano. Sua missão era não apenas educar, mas também modelar comportamentos e afetar a cultura, um processo que encontra paralelo no conceito de modelagem de Norbert Elias (2019). Este processo era crucial no contexto de Cachoeira Dourada, visando imprimir naquele novo contingente populacional migrante os valores de ordem, moralidade e progresso, pertinentes ao projeto desenvolvimentista republicano da época.

A instituição de ensino Grupo Escolar, como vimos, já existia no Brasil desde o século XIX. Mas no distrito de Cachoeira Dourada chegou apenas no ano de 1960, com o primeiro Grupo Escolar “Tombo D’Água”. O segundo foi o Grupo Escolar Cachoeira Dourada, criado especificamente para atender aos filhos dos funcionários da UHE. Antes disso, só existia as escolas domésticas e isoladas. Como o crescimento populacional só ia aumentando na região, manteve assim, a pressão por novas unidades de ensino na localidade. O Grupo Escolar José de Paiva foi solicitado formalmente pelo subprefeito do distrito Damião G. de Medeiros e do vereador Enéas Paiva ao então prefeito de Itumbiara, Sebastião Xavier Júnior (Ferreira, 2017).

O Grupo Escolar recebeu o nome José de Paiva em tributo a um fazendeiro local conhecido popularmente como “Juca Paiva”. Ele era pai do vereador Enéas Paiva, um dos proponentes da obra, conforme o relato do subprefeito Damião G. de Medeiros (Ferreira, 2017). Contudo, a construção dessa instituição, iniciada em outubro de 1968, só resultou em funcionamento efetivo em janeiro de 1970 (Silva, 2006). Esse intervalo de aproximadamente





15 meses é significativo e reflete os desafios na execução do projeto, visto que o autor indica que a obra, realizada em etapas, provavelmente enfrentou atrasos.

Para reconstituir a trajetória inicial do Grupo Escolar, a pesquisa centrou-se no arquivo da própria escola, consultando fontes primárias de grande valor documental. Entre o material analisado, destacam-se Álbuns fotográficos, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e três livros de frequência de funcionários, que abrangem o período de 1970 a 1973. A compreensão dessa trajetória institucional foi complementada por documentos oficiais encontrados na Câmara de Itumbiara e na Secretaria Municipal de Cachoeira Dourada.

A análise minuciosa desses registros revelou dados cruciais sobre a gestão inicial da unidade. Identificamos as primeiras diretoras do Grupo Escolar José de Paiva: Valzeni Moraes Pineto, Lindaura Lisbôa Pontes e Dilma Ferreira (Ferreira, 2017). Em sua estrutura pedagógica, a escola concentrava-se no ensino primário, abrangendo classes do Pré-inicial até a 4ª série. Atualmente, a instituição está situada à Rua 30, nº 341, no Setor Suleste, em Cachoeira Dourada, Goiás.

A trajetória do Grupo Escolar José de Paiva foi marcada por uma transformação institucional significativa em 1974. Durante o governo do Prefeito Modesto de Carvalho, foi sancionada a Lei nº 245/74, de 11 de setembro de 1974, que criou oficialmente a escola e alterou sua denominação. Essa mudança não foi apenas nominal, mas também estrutural, pois o novo estabelecimento, ao se desvincular do formato de Grupo Escolar, passou a contar com salas adicionais. Tais ampliações foram construídas com o objetivo de expansão da oferta educacional, permitindo que a unidade passasse a oferecer as classes de 5ª a 8ª série do Ensino de 1º Grau. Essa reestruturação alinhava a escola de Cachoeira Dourada às diretrizes da Lei Federal nº 5.692/71, que estabeleceu a obrigatoriedade do Ensino de 1º Grau de oito anos, demonstrando o esforço municipal em integrar-se à reforma educacional vigente no país.

A expansão da oferta para as classes de 5ª a 8ª série demandou a adequação do espaço físico existente. Este movimento de ampliação reflete a crescente importância social da educação na localidade, como se observa na Figura 1.

FIGURA 1 — Momento de recreio dos alunos do Grupo Escolar “José de Paiva” na área externa da instituição. Ano: 1977.





Fonte: Acervo da Escola Municipal Modelo 14 de Maio.

A proposta do Grupo Escolar era para trazer modernidade e ordem, mas na Figura-1 mostra a realidade local de Cachoeira Dourada, com o chão de terra batida e as edificações simples, contrastando com o ideário de progresso republicano. Contudo, o volume de crianças e adolescentes na área de recreio fornece uma evidência visual do impacto demográfico da população migrante. Esse contingente confirma a nossa hipótese de que a instituição seria uma agência civilizadora, buscando não só instruir, mas também modelar e impor a ordem social no novo povoado.

A renomeação da escola para Papa João XXIII (década de 1970) é, segundo moradores, uma homenagem à atuação dos Irmãos Maristas, cuja presença foi crucial para a implantação e consolidação das classes de 5ª a 8ª série. Os Maristas foram valorizados por seu conhecimento, facilitando a integração do novo corpo docente. A gestão da unidade nesse período teve Dona Celeste Maria Soares e Mussel (1974-1975) como primeira diretora, seguida por Nilza Oliveira Costa (1976-1980) e Divina Fátima Costa (1981-1982), conforme Ferreira (2017).

O processo de desenvolvimento atingiu seu ápice com a emancipação política da localidade. Em 1982, o distrito de Cachoeira Dourada foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Itumbiara (Goiás, Lei Estadual nº 9.190, de 14-05-1982), e tendo a posse do primeiro Prefeito, Lauro Vinícius Ramos.

Essas mudanças influenciaram diretamente a esfera educacional: a antiga Escola Municipal de 1º Grau Papa João XXIII teve seu nome alterado para Escola Modelo 14 de Maio em 1983 (Silva, 2006). A trajetória dessa instituição escolar, portanto, configura um processo histórico não linear, onde a escola foi mobilizada em momentos distintos: primeiro, para o





ordenamento social frente ao rápido desenvolvimento econômico; e, posteriormente, para executar diretrizes nacionais e simbolizar a nova identidade municipal.

Sob a nova gestão municipal, a Lei nº 14/83, de 1983, reverteu o nome da instituição para Escola Modelo 14 de Maio. O novo nome refletia um projeto político-pedagógico ambicioso, no qual a palavra Modelo evidenciava a intenção de estabelecer um padrão de excelência educacional para o município. O simbolismo foi intencional, pois, segundo Silva (2006), o Prefeito Lauro Ramos escolheu o nome não só para criar um padrão de ensino na região, mas também como homenagem à data de emancipação de Cachoeira Dourada (14 de maio).

Assim, a escola foi rebatizada como um símbolo da autonomia e da nova identidade de Cachoeira Dourada, vinculando a educação e diretamente à história política local. Essa relevância do ensino para a identidade municipal, contudo, tem raízes históricas mais profundas. A proliferação dessas instituições na comunidade foi além da simples alfabetização, atuando como agências civilizadoras que promoviam a ordem, a higiene e a moralidade, e participando ativamente da modelagem da infância e do cidadão local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deve sintetizar as principais conclusões do trabalho, destacando os resultados mais relevantes e a forma como eles respondem aos objetivos propostos. É fundamental ressaltar as contribuições deste trabalho para os campos histórico e educacional, destacando sua relevância social tanto em escala local quanto regional. A análise da trajetória do Grupo Escolar José de Paiva, culminando na Escola Modelo 14 de Maio, demonstra a íntima relação entre o desenvolvimento econômico e as políticas públicas no contexto de Cachoeira Dourada.

As sucessivas mudanças de nome da escola (José de Paiva - Papa João XXIII - Escola Modelo 14 de Maio) são marcos que espelham a evolução histórica e política da localidade. O batismo final como Modelo 14 de Maio é o ponto culminante, pois simbolizou não apenas um projeto de excelência educacional, mas também a afirmação da identidade e soberania de Cachoeira Dourada como novo município. Esse fato mostra que o ensino primário, desde que foi implantado em 1960, esteve diretamente ligado ao projeto de progresso da cidade, servindo tanto à demanda do desenvolvimento de infraestrutura quanto, posteriormente, ao reforço dos ideais de emancipação. A instituição, portanto, deixou de ser apenas um local de instrução formal para se consolidar na memória coletiva como um símbolo vivo da própria história de Cachoeira Dourada.





REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 22 out. 2025.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

ELIAS, N. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FERREIRA, É. C. S. **As instituições escolares de Cachoeira Dourada de Goiás: a interseção entre o público e o privado (1960-1971).** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia: 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS. Lei n. 9.190, de 14 de maio de 1982. Eleva o Distrito de Cachoeira Dourada à categoria de Município, desmembrado do Município de Itumbiara, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 14 maio 1982. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/86670/pdf>. Acessado em: 22 de out. 2025.

ITUMBIARA. **Lei nº 245 de 11 de setembro de 1974.** Dispõe sobre a criação da Escola Municipal do Primeiro Grau, no Distrito de Cachoeira Dourada e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Itumbiara – GO, 1974. Disponível em: <https://camaradeitumbiara.go.gov.br/adm/lib/file/doc/leis/Lei%20245.pdf>. Acessado em: 22 de out. 2025.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Modelo 14 de Maio. Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada (GO), 2025.

PROST, A. Os fatos e a crítica histórica. In: PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 53-75.

SALATIEL, R. **A saga de uma empresa: História da Celg.** Goiânia: Kelps, 2011.

SILVA, A. M. **Identidade Histórica: conhecer o passado para modificar o futuro.** Trabalho de Conclusão de Curso de História - Universidade Estadual de Goiás (UEG). Itumbiara: 2006.

SOUZA, R. F. de.; FARIA FILHO, L. M. de. A Contribuição dos Estudos sobre Grupos Escolares para a Renovação da História do Ensino Primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).** Campinas: Mercado de Letras, 2006.

SOUZA, R. F. de; FARIA FILHO, L. M. de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000.





VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. De Heródoto ao gravador: histórias da história oral. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 77-82, 2006.

